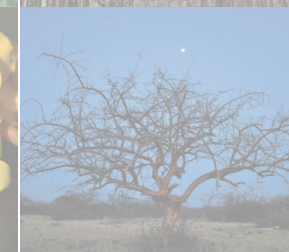
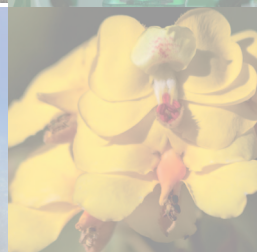
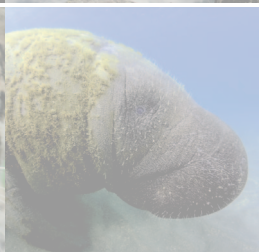
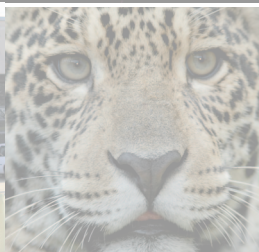
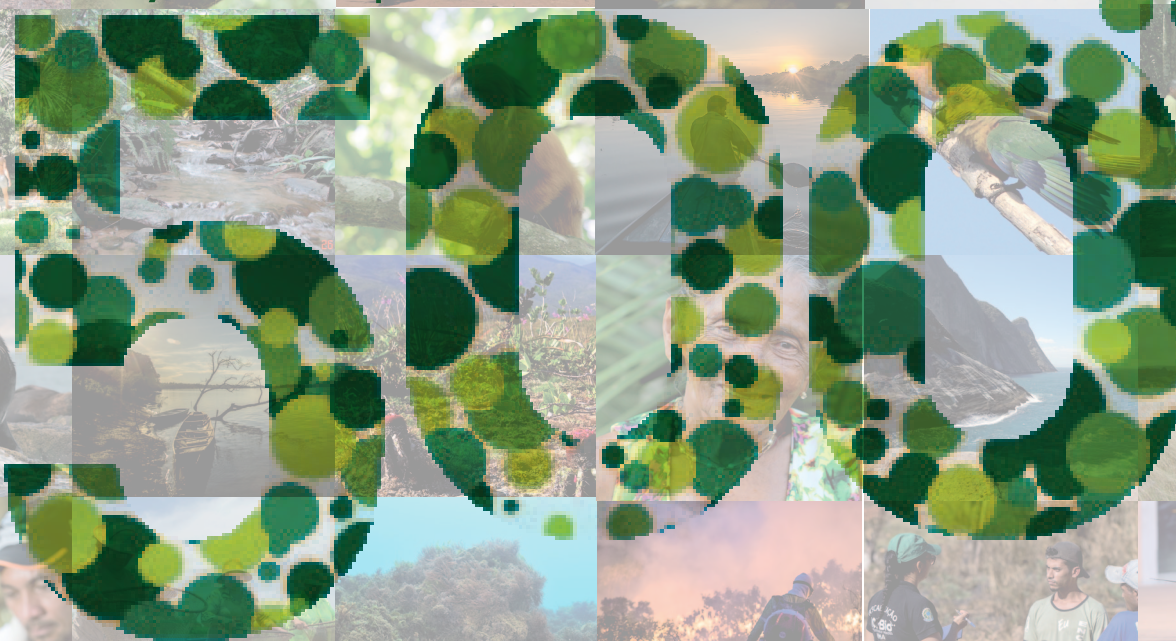


# ICMBio

Edição 500 - Ano 11 – 24 de janeiro de 2019

*em foco*

Edição especial nº





# Adalberto Eberhard assume presidência do ICMBio

Pedro Ventura-MMA



Eberhard se apresentou aos servidores no último dia 17

“Vamos dar continuidade ao trabalho que vem sendo feito pelo ICMBio, e que está sendo bem feito. Também vamos fortalecer as questões como a regularização fundiária, o uso público e a gestão das unidades. É importante fortalecer a consciência ecológica, inserindo as unidades na vida da sociedade brasileira, para que ela reconheça esse patrimônio natural, e ajude a garantir a sobrevivência da natureza”, afirmou o novo presidente do ICMBio, Adalberto Eberhard, durante coletiva à imprensa, no dia de sua posse, na quinta-feira da semana passada.

Gaúcho de Soledade, o médico veterinário Adalberto Eberhard tomou posse em cerimônia no auditório lotado pelos servidores no ICMBio e convidados, com a presença do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e indicados a secretários do MMA. Durante a cerimônia, os funcionários entregaram uma carta de princípios do ICMBio a Eberhard.

Em seu discurso, o ministro do MMA ressaltou que está à disposição para conhecer as unidades de conservação do ICMBio e elogiou a estrutura e a gestão do Parque Nacional do Iguaçu, onde esteve recentemente para o aniversário de 80 anos do Parque. “Priorizem as unidades que preciso conhecer, pois as visitarei. Em São Paulo, quando fui secretário, visitei as 94 unidades de conservação do Estado”, afirmou.

Já o ex-presidente do ICMBio, Paulo Carneiro, também ressaltou pontos da sua gestão nestes 7 meses à frente do órgão. Segundo ele, a instituição recebeu ao longo dos anos 4 prêmios de gestão pública pela inovação. “Vencemos as dificuldades com posturas inovadoras”, ressaltou. Carneiro agradeceu aos servidores do instituto e colocou-se à disposição de Adalberto Eberhard. “O melhor reconhecimento é o resultado, e nós temos resultados para apresentar nas mais diversas áreas. Isso é algo a ser cultivado”, avaliou. “O novo presidente recebe uma instituição formada por pessoas totalmente engajadas, que têm como característica a inovação”.

Adalberto Eberhard, médico veterinário especialista em animais silvestre, concluiu a sua formação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Toda a sua trajetória profissional está vinculada à conservação do meio ambiente, com um trabalho reconhecido na região do Pantanal Matogrossense. Exerceu diversas atividades na área ambiental e acumula importantes prêmios durante sua gestão na OSCIP, que fundou em 1989, a Fundação Ecotrópica - que foi criada com recursos do prêmio Alemão de Cultura (German Culture Award) pelo mérito na conservação da natureza, recebido em Munique, na Alemanha, em 1989.

## Qual são seus planos para o ICMBio?

É importante reforçar que a missão institucional não termina quando sai um presidente e nem começa quando entra um novo presidente. A missão institucional é dada pela sociedade brasileira, que atribuiu ao ICMBio a gestão das 334 unidades de conservação federais das áreas protegidas do país.

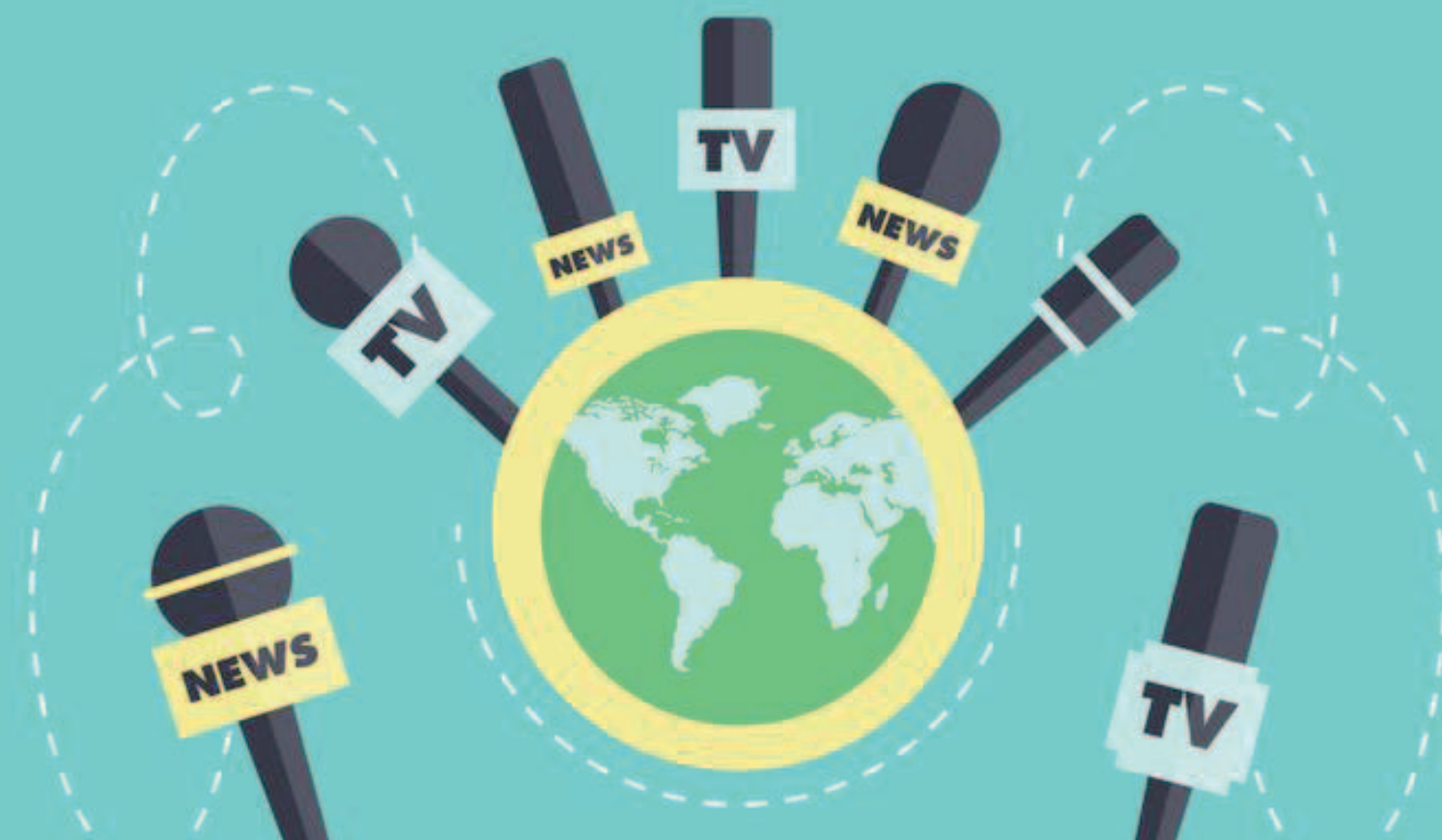
## Quais são as prioridades?

A regularização fundiária, o uso público e melhorar a gestão das unidades de conservação. Boa parte das unidades não são ainda propriedade da União, há vários proprietários privados, assim é difícil promover visitação e ecoturismo em unidades que ainda são propriedades privadas. Queremos transformá-las de fato em unidades que existem e tenham soberania nacional. Também queremos procurar mecanismos que favorecem a visitação pública das unidades já criadas, porque nós não temos como aumentar o nível de consciência do país, se não tivermos mais consciência do que representa a unidade de conservação, do

que é a natureza. Inserir a unidade na vida da sociedade brasileira, que um pai se sinta feliz levando um filho para interagir com a natureza. Assim, podemos ter uma sociedade que reconhece a importância desse patrimônio natural, e a unidade não fica sujeita a outros interesses, que não seja o interesse da sobrevivência da natureza.

**O ICMBio vem promovendo o uso público com as concessões, que estão acontecendo desde o ano passado. O senhor dará continuidade?**

A gestão é de responsabilidade do Estado, não se terceiriza. Mas os serviços podem ser concessionados, mas a partir de uma lógica do potencial de cada unidade. Temos 334 unidades, e são diferenciadas, cada uma tem as suas próprias características. Por isso, não tem modelo único, o que serve para uma, pode não servir para outra. Portanto, vamos dar continuidade as concessões, mas trabalhando de acordo com o potencial de cada unidade.





# CEMAVE organiza expedição para captura e marcação de aves migratórias no Parque Nacional da Lagoa do Peixe

Entre os dias 06 e 17 de janeiro de 2019, foi conduzida uma expedição de pesquisa das aves migratórias no Parque Nacional da Lagoa do Peixe. A incursão faz parte do projeto de monitoramento de aves CEMAVE/GEF Mar. A expedição contou com a colaboração de pesquisadores do CEMAVE, Ceclimar/URGS, FURG, UFAL e USP e apoio da equipe da unidade. Durante dez dias a equipe realizou censos de aves limícolas e marinhas e capturas das aves nos ambientes de campos, praia arenosa e lagunar.

Os censos de aves limícolas são realizados periodicamente e fazem parte do monitoramento das espécies prioritárias do Parque Nacional. O monitoramento é implantado de

forma padronizada com apoio do projeto GEF Mar e, inicialmente feito de forma sistemática no ambiente de praia, foi ampliado para os ambientes de campo e lagunar. “O conhecimento de quais as aves e como elas vem utilizando o Parque Nacional ao longo do ano são subsídios importantes para a gestão da unidade de conservação e eventuais ações de manejo para a sua conservação”, conta a coordenadora do PAN Aves Limícolas Migratórias, Danielle Paludo. “Os censos contribuem também para o conhecimento das tendências do grupo das aves limícolas ao longo das Américas, em seu deslocamento pelas rotas migratórias através do intercâmbio de informações com outros grupos e instituições de pesquisa

atuando em outros pontos de parada, invernação e reprodução das aves nas Américas.”

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe foi criado com o objetivo de proteger as aves migratórias e seus habitats e é reconhecido internacionalmente como um sítio da Rede Hemisférica de Reservas de Aves Limícolas Migratórias. Essa articulação vem sendo desenvolvida pelo CEMAVE/ICMBio através da participação na Iniciativa Pró-Aves Limícolas Migratórias na Rota Atlântica e do Comitê da Rede Hemisférica.

Além dos censos, a expedição objetivou a captura de aves migratórias para biometria, coleta de amostras biológicas e marcação com anilhas e bandeirolas. Com as informações biométricas e amostras, os pesquisadores buscam levantar informações sobre as condições fisiológicas e nutricionais das espécies migrantes, existência de vírus, parasitas e patógenos nos indivíduos e outras que permitam compreender melhor aspectos da biologia e ecologia das espécies, e principalmente que possam auxiliar na conservação das espécies.

O grupo das aves limícolas migratórias é destacado por, além da excepcional capacidade para migração, apresentar uma diminuição contínua de suas populações. A preocupação com este decréscimo e com o risco de extinção das aves limícolas migratórias fez com que o grupo se tornasse prioritário para a Convenção de Espécies Migratórias – CMS, acordo que o Brasil ratifica, e que o Ministério do Meio Ambiente, através do ICMBio tenha promovido um Plano Nacional para a sua Conservação (PAN). “O desafio de conservação do grupo é grande, pois são espécies que possuem um ciclo de vida que envolve diferentes países e latitudes entre os sítios reprodutivos, geralmente no Ártico, sítios de parada e invernação – geralmente no Hemisfério sul. Eles enfrentam caça, perturbação e destruição de habitat, contaminação dos alimentos e efeitos do aquecimento global, entre outras ameaças”, explica Paludo.

Recentemente os pesquisadores tem levantado hipóteses que parte das populações não tem conseguido realizar a reposição energé-

tica requerida para as migrações, e por isso as avaliações fisiológicas são importantes em áreas como o Parque Nacional Lagoa do Peixe. A unidade é um sítio onde o CEMAVE realiza marcação e biometria das aves há muitos anos, e a comparação com os dados pretéritos pode gerar resultados importantes para a conservação, sendo este um dos trabalhos propostos pelo projeto GEF Mar para o Parque e para o PAN.

Cerca de 9.000 aves limícolas de pelo menos 12 espécies foram registradas nos censos realizados na Lagoa do Peixe na ocasião, sendo a mais abundante o maçarico de sobre-branco (*Calidris fuscicollis*). As capturas foram feitas com rede de neblina colocadas à noite e também realizadas durante o dia com rede de elástico (whooshnet). Cada ave capturada recebeu uma anilha metálica CEMAVE e uma bandeirola azul do Programa Pan-Americano de Aves Limícolas (PASP)- indicando que foi marcada no Brasil, antes da sua soltura. Nos próximos meses e anos, a sua recuperação e a visualização da bandeirola poderá gerar informações importantes sobre o deslocamento e destino das aves. As amostras coletadas se destinam a diferentes estudos, com destaque aos estudos virológicos conduzidos na USP e para a pesquisa de doutorado do pesquisador Fernando Faria, da FURG, que investiga aspectos da ecologia trófica das aves limícolas migratórias ameaçadas e representadas no Parque.

Ainda nessa temporada de invernação das aves migratórias no Parque, que se encerra em abril, estão previstas outras duas expedições para monitoramento e pesquisa das aves no Parque, dessa vez organizadas por parceiros e com participação do CEMAVE. Em abril o CEMAVE planeja realizar expedição semelhante no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, importante ponto de parada das aves rumo ao norte. As parcerias e cooperações interinstitucionais e o apoio e envolvimento das equipes das Unidades de Conservação tem se mostrado a melhor estratégia da promoção de conhecimento das espécies prioritárias e perspectiva de continuidade dos trabalhos a longo prazo.



Maçarico-branco e piru-piru



# Fiscalização nos Lençóis Maranhenses coíbe entrada de veículos na zona primitiva



A equipe do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses intensificou as ações de fiscalização com o objetivo de assegurar o cumprimento das normas de visitação do parque.

Nas ações realizadas em diferentes atrativos foram aplicadas multas por descumprimento do número limite de passageiros, motoristas sem credenciamento e entrada irregular de veículo particular nos limites do parque. Um veículo, cujo motorista além de não ser credenciado não possuía carteira nacional de habilitação, foi apreendido.

A violação mais grave foi constatada durante ronda noturna na madrugada de sábado (19/01) para domingo. Foram encontrados 3 veículos particulares na Zona Primitiva do parque no povoado Baixa Grande. Era aproximadamente 1 hora da manhã quando a equipe acordou todos que estavam na casa à procura dos proprietários dos veículos e do guia, que foram autuados, sendo convidados a se retirar imediatamente da unidade.

## Boas práticas

A Zona Primitiva, conhecida por muitos como oásis, é uma região que contém espécies da flora e da fauna e fenômenos naturais de alto valor ligados à biodiversidade e de grande valor científico. Suas características ambientais e de localização indicam um alto potencial e importância à conservação, contemplação, observação, exploração dos sentidos humanos e à pesquisa científica e educacional por esse motivo a visitação é permitida somente a pé.

Durante a volta a equipe presenciou um bom exemplo de uso público na zona primitiva. O guia de Trekking Raimundo Clayton conduzia visitantes em direção ao oásis, tendo utilizado veículo credenciado para chegar até a base da Lagoa Bonita, local do início da atividade. Essa atividade é altamente indicada pois proporciona maior integração do visitante com a unidade de conservação além de movimentar toda a cadeia do turismo na região (veículo, motorista e guia credenciados, restaurantes e pousadas nas cidades e na comunidade tradicional).



Danúbia Melo

Veículo particular em área não autorizada

# Mosaico de áreas protegidas do Quadrilátero Ferrífero é reconhecido

A criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Espinhaço do Quadrilátero Ferrífero (MG) se concretizou. Reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente por meio da portaria 473/2018, no final de dezembro, a rede de unidades de conservação integrará 3,7 milhões de hectares da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.

O mosaico reunirá 18 municípios, incluindo Belo Horizonte, Ibirité, Catas Altas, Nova Lima, Mariana, Ouro Preto, Rio Acima e Sabará. Além disso, será composto por 26 UCs, sendo duas federais, o Parque Nacional da Serra do Gandarela e a RPPN Santuário do Caraça, 15 estaduais e nove municipais. O atual mosaico irá compor outros dois já pertencentes à Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço: Alto Jequitinhonha à Serra do Cabral e da Serra do Cipó. O Quadrilátero Ferrífero é uma zona de grande importância hídrica, responsável por abastecer os maiores municípios de Minas Gerais, como a capital Belo Horizonte.

## Parque Nacional da Serra do Gandarela

Para o chefe do Parna da Serra do Gandarela, Tarcísio Nunes, a criação do Mosaico se reveste de significativa importância, por unir institucionalmente unidades de conservação. "Todas já apresentam histórico de colaboração em diversas áreas, como: prevenção e combate aos incêndios florestais, uso público, conselhos consultivos comuns, fiscalizações conjuntas,

entre outras. Todas amplamente registradas no documento que solicitou sua criação e foi enviado ao MMA. Esperamos que os laços entre as UCs se fortaleçam e que possamos avançar na cooperação e debate de questões e desafios comuns", destaca o gestor.

## Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço

Considerada um divisor de águas, a Serra do Espinhaço abrange o Quadrilátero Ferrífero, no centro de Minas Gerais, até a Chapada Diamantina, na Bahia. Além disso, abriga importantes bacias hidrográficas do país como o Rio Doce, Jequitinhonha e São Francisco. A região foi classificada pela Unesco, em 2005, como Reserva da Biosfera devido sua importância no que diz respeito ao patrimônio histórico e natural.

## Qual o tamanho desse mosaico?



Paulo Batista

Parque Nacional da Gandarela é um dos contemplados pelo Mosaico



# Estudo finaliza recenseamento na Rebio Uatumã

Um trabalho de longa duração vem sendo realizado na Rebio Uatumã e na zona de amortecimento. A Rebio Uatumã foi criada em 1990, cerca de um ano após o enchimento do reservatório da UHE Balbina. Foi uma compensação pelos grandes danos causados por essa hidrelétrica icônica, porque inundou uma grande área, cerca de 320 mil hectares de floresta. O Reservatório formou mais de 3.500 ilhas, de diversos tamanhos - algumas com menos de um hectare e outras com mais de mil - e níveis de isolamento pela distância que a água as separa. Assim, o reservatório e suas ilhas são um perfeito laboratório para estudar os efeitos da fragmentação sobre diversas populações. Um desses estudos analisa são os efeitos crônicos do isolamento sobre as árvores. Os estudos em andamento indicam que quando certas espécies de árvores morrem, são repostas por espécies pioneiras, fazendo com que os fragmentos percam em riqueza e biodiversidade.

A construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, situada a 146 km de Manaus, resultou na formação de um reservatório com mais de 3.500 ilhas de diferentes tamanhos, que ainda mantém parte da biodiversidade que ali existia antes da inundação do rio Uatumã. A fim de compreender os impactos desta mudança da paisagem sobre a biodiversidade, pesquisadores de diferentes instituições têm realizado amostragens de fauna e flora em diversas destas ilhas e áreas de floresta contínuas vizinhas ao lago formado. Uma destas pesquisas visa monitorar as árvores existentes nestas ilhas ao longo tempo, a fim de compreender a dinâmica florestal destas áreas, isto é, acompanhar o nascimento, crescimento e mortalidade destas árvores ao longo do tempo.

O estudo é uma parceria de pesquisadores de diferentes instituições, incluindo a Univer-

sity of East Anglia (UEA), no Reino Unido, a Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus, Bahia) e a Universidade do Estado de Mato Grosso (Tangará da Serra, Mato Grosso), e conta com apoio logístico e financeiro da Reserva Biológica do Uatumã. Então estudante de doutorado da UEA, a pesquisadora Maíra Benchimol estabeleceu em 2012 um total de 87 parcelas permanentes de 250 X 10 m em 34 ilhas e três áreas contínuas. Com uma equipe de pesquisa, eles mensuraram o diâmetro à altura do peito das árvores com no mínimo 10 cm, assim como realizaram a identificação taxonômica de todos os indivíduos presentes em cada uma destas parcelas.

"Nós registramos 11230 indivíduos de árvores, de 368 espécies diferentes considerando todas as parcelas, o que representa um esforço fantástico de amostragem. Vimos que a distância das parcelas até a borda da ilha e o nível de fogo a qual estas ilhas foram submetidas representaram os fatores mais importantes para explicar o número de espécies de árvores encontradas", explica Maíra, atualmente professora da UESC. Maíra e o professor Carlos Peres publicaram esta pesquisa na revista britânica *Journal of Ecology*, onde também demonstraram uma forte mudança nos grupos funcionais das espécies de árvores presentes nas bordas das ilhas em comparação aos encontrados no interior de grandes ilhas ou em áreas de floresta contínua.

Cinco anos depois, os pesquisadores retornaram a estas mesmas ilhas e áreas de floresta contínua para realizar o monitoramento destas árvores. Num esforço conjunto de Maíra e da Profa Danielle Storck-Tonon (da UNEMAT), e com total apoio do identificador botânico Alexandro Elias dos Santos, do auxiliar de campo Evanir de Almeida Damasceno e do Gilmar Nicolau Klein, gestor Reserva Biológica

do Uatumã, as pesquisadoras conseguiram re-visitatar praticamente todas as parcelas amostradas em 2012.

"Apenas 4 parcelas não foram reamostradas devido à dificuldade de acesso à área. No entanto, conseguimos obter informações sobre os novos indivíduos recrutados, o crescimento e a mortalidade nas 83 parcelas anteriormente amostradas, assim como em 2 novas ilhas", afirma Danielle. As pesquisadoras ainda não analisaram os dados, mas já conseguiram constatar uma alta mortalidade das árvores nas parcelas presentes próximas à borda. Como meta para os próximos meses,

elas pretendem finalizar a amostragem nas 4 parcelas restantes, assim como preparar um novo manuscrito com os novos achados. "Esperamos compreender os efeitos que a construção de hidrelétricas na Amazônia causam sobre as árvores, um grupo biológico essencial para manutenção da estrutura e funcionamento das nossas florestas. Os resultados serão unidos com nossas outras pesquisas com mamíferos, aves, répteis, anfíbios, abelhas, formigas, opiliões e besouros, contribuindo para proposição de ações de conservação da biodiversidade dentro da Reserva Biológica do Uatumã", sintetiza Maíra.

Acervo ICMBio



Árvores serão recenseadas para analisar efeitos da fragmentação do território



# Alcatrazes combate espécies exóticas invasoras

O ICMBio em Alcatrazes já faz o manejo de espécies exóticas invasoras marinhas, como o coral-sol, há mais de cinco anos. Entretanto, com o diagnóstico da presença de espécies exóticas invasoras terrestres, como a mamona (*Ricinus communis*), a equipe iniciou o manejo e retirada destas espécies na última semana de 2018.

Com o apoio de voluntários, foram retirados diversos focos de mamona da ilha principal do arquipélago dos Alcatrazes. A mamona é originária da África e possui reconhecido potencial de bioinvasão e toxicidade, competindo com espécies nativas e podendo levar a alterações dos ecossistemas onde se instala. Por essa razão é fundamental sua erradicação logo no início da invasão, para evitar que fuja ao controle.

Não se sabe ao certo como a espécie se estabeleceu na ilha, mas o mais provável é que esteja relacionada à ocupação humana que lá ocorreu em épocas pretéritas. Trata-se de uma espécie que rebrota, mas felizmente não é capaz de propagação vegetativa, ou seja, extirpando-a pela raiz (e destruindo) e coletando todas as sementes, não há necessidade de retirar o restante da planta do local. Foram coletados, somente de sementes, 13 sacos de 50 litros.

Os focos estavam concentrados próximo ao ninhal de fragatas, não tendo sido registrados até agora em outros locais da ilha, felizmente. Foram erradicados cerca de 30 pés, e um cronograma de monitoramento vem sendo realizado a fim de identificação de novos focos de invasão. Outra espécie exótica já foi registrada na ilha, um bambu, cuja remoção ainda está em fase de planejamento para escolha da época e do método mais apropriados.

O Arquipélago dos Alcatrazes é protegido pela Estação Ecológica Tupinambás e pelo Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago dos Alcatrazes, que juntos somam uma área de aproximadamente 70 mil hectares e abrigam cerca de 1.300 espécies de flora e fauna, estando pelo menos 93 delas sob algum grau de ameaça de extinção. Portanto é extremamente importante o manejo e monitoramento de espécies exóticas invasoras marinhas e terrestres nestas unidades.



A mamona, também conhecida como rícino, é uma das espécies exóticas invasoras presentes em Alcatrazes

# Revis Ilha dos Lobos realiza diagnóstico participativo com pescadores locais

No dia 17 de janeiro, o Refúgio de Vida Silvestre (Revis) Ilha dos Lobos realizou oficina de diagnóstico participativo junto a pescadores locais.

A oficina foi conduzida pela equipe da Revis, pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (Cepsul) e pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT). O evento teve como objetivo promover o diagnóstico participativo e etnoecológico para a caracterização de ocorrências, tendências populacionais, importância socioeconômicas e ameaças a espécies de peixes da região.

“O envolvimento dos pescadores artesanais é fundamental para a gestão do Revis e sobretudo destaca a importância o Refúgio como um berçário de peixes para os pescadores artesanais da região. Com esta metodologia pudemos avaliar a ocorrência das principais

espécies de peixes bem como as principais pressões sobre elas, desta forma este conhecimento irá agregar informações prioritárias para a gestão em especial para a construção de um Plano de Manejo realmente efetivo”, destaca a chefe da Revis, Aline Kellermann.

“A metodologia utilizada na oficina foi adaptada a partir de metodologia para agregação do conhecimento ecológico local no processo de avaliação do estado de conservação de espécies de peixes marinhos pelo ICMBio. Neste sentido, foi uma experiência piloto de sucesso para aplicação em outras unidades de conservação”, explica o analista do Cepsul, Walter Steenbock.

O trabalho está sendo sistematizado e será publicado como documento técnico, em breve, na revista Biodiversidade e Conservação Marinha (Cepsul/ICMBio).



Oficina buscou agregar conhecimento ecológico local em prol da conservação





## NGI Humaitá comemora salto de gestão

O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Humaitá celebrou o salto de gestão e produtividade das unidades em 2018. Sediado em Porto Velho (RO), o NGI é responsável pela gestão de 9 unidades de conservação federais com diferentes graus de consolidação no sul do Amazonas, totalizando uma área de 56 mil km<sup>2</sup>.

Dentre as principais conquistas celebradas pela gestão do NGI estão a publicação do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Humaitá e do Parque Nacional Nascentes do Lago Jari. Para a construção destes planos de manejo foram realizadas várias expedições à campo, com intuito de coletar informações relevantes sobre os aspectos físicos e biológicos que embasaram o zoneamento das unidades.

Outras UCs também avançaram para a elaboração do plano de manejo. A Floresta

Nacional de Balata-Tufari contou com uma oficina de planejamento participativo no município de Canutama (AM). A oficina contou com a participação de analistas e técnicos ambientais do ICMBio, além de membros do conselho gestor, representantes de entidades comunitárias, do Serviço Florestal Brasileiro e da Universidade Federal do Amazonas.

Seguindo a nova metodologia dos planos de manejo do ICMBio, foi realizada também a oficina do plano de manejo de FLONA do Jatuarana, entre 25 e 29 de junho de 2018, em Apuí (AM), sob coordenação da equipe da COMAN/ICMBio, com apoio da equipe de supervisão e acompanhamento do Plano de Manejo da UC. Durante esta semana os participantes trabalharam intensamente para construir o plano de manejo da Flona do Jatuarana. A realização desta oficina foi de suma

importância para a elaboração do Plano de Manejo. Nela buscou-se promover o diálogo entre os saberes das instituições públicas, entidades da sociedade civil e representantes das comunidades do entorno, agregando conhecimentos locais e proporcionando uma visão clara, atual e estratégica sobre os processos que estão relacionados à gestão da UC. Disso resultou uma proposta de zoneamento, bem como de normas que devem presidir o uso de cada uma das zonas criadas.

Em relação aos Conselhos Gestores, foram realizadas ao longo de 2018 tratativas para a formação do conselho da APA Campos do Manicoré, com a instituição de grupos de trabalho. Esta reunião contou com a presença da chefe da Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA/ ICMBio), Camilla Helena Silva, bem como da Coordenadora Regional da 2 região, Keuris Kelly, além dos servidores do NGI ICMBio Humaitá e de representantes da comunidade local.

O ano de 2018 também foi marcado pela reativação dos conselhos gestores da Flona de Balata-Tufari (em abril) e da Flona do Jatuarana (em maio). As reuniões foram realizadas nos municípios de Canutama (AM) e Apuí (-AM), respectivamente. O processo de mobilização dos conselheiros foi intenso e envolveu visitas a várias instituições, a fim sensibilizar os representantes para a importância de sua participação na gestão das unidades e conservação. As reuniões marcaram também a renovação

destes conselhos, bem como a reaproximação da equipe gestora do ICMBio com a sociedade e parceiros locais. Disso resultou a elaboração de um plano de ação e nivelamentos conceituais sobre o funcionamento dos conselhos. Em relação a reunião do Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Jatuarana, merece destaque a formação de Grupos de Trabalho visando a participação na Oficina do Plano de Manejo e a revisão do regimento interno do conselho. Na Floresta Nacional Balata Tufari a reunião também teve como objetivo definir a agenda para o mapeamento de áreas de uso pelas comunidades locais, bem como a formação do grupo de acompanhamento para definição do perfil da família beneficiária e etapas do plano de manejo.

O NGI ICMBio Humaitá também combateu os ilícitos ambientais ao longo desse ano de 2018. Ao todo foram realizadas 03 ações de fiscalização: na FLONA de Balata-Tufari, em junho, no Parna Nascentes do Lago Jari, em setembro e nas UC da região do Apuí (FLONA do Jatuarana, FLONA do Aripuanã e PARNA do Acari), em dezembro. Estas ações de fiscalização tiveram como principal foco o combate ao desmatamento e a apropriação de terras públicas, bem como a coibição da caça, do tráfico de animais silvestres, da pesca ilegal, e do estabelecimento de garimpos. Algumas unidades de conservação como o PARNA Acari e a FLONA do Aripuanã, criadas em 2016, ainda não tinham sido contempladas com ações de fiscalização.



Flona de Jatuarana fez avanços para publicação de Plano de Manejo

Acervo Flona Jatuarana







O ICMBio em Foco voltou a mudar em 2012, na edição 177. O Boletim agora se tornou uma revista eletrônica, como conhecemos hoje, e trazia como destaque matérias como o acordo de cooperação com a KfW, Inventário inédito de anfíbios no Parna Saint-Hilaire/Lange e a vitória do time do ICMBio no Torneio da Asibama.



De lá para cá, o ICMBio em Foco passou por mudanças no projeto gráfico. Houve uma em 2014, a partir da edição 298. E outra, em 2016, a fim de tornar a revista atrativa e de melhor leitura. O atual modelo foi feito por servidores da DCOM e foi estreado na edição 389, do dia 26 de agosto de 2016, quando a revista eletrônica estava no seu 9º ano.



# DESAFIO DOS 10 ANOS





# Curtas

## NGI ICMBio de Palmas realiza ações com estudantes

O Núcleo de Gestão Integrada ICMBio de Palmas concretizou junto à comunidade escolar da cidade de Palmas (PR) o Projeto Sala Verde Vento dos Campos de Palmas. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o ICMBio, o Instituto Federal do Paraná Campus Palmas e a Prefeitura Municipal de Palmas. Ao todo, foram realizadas ações em cinco escolas da rede municipal de ensino durante o ano de 2018, beneficiando mais de 500 pessoas, entre alunos, pais e professores.

A comunidade escolar foi apresentada à Sala Verde Vento dos Campos de Palmas, que terá uma sede no Parque Municipal da Gruta. Foram abordados temas referentes a destinação dos resíduos sólidos na cidade de Palmas, as Unidades de Conservação presentes na região como o Parque Municipal da Gruta, Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, Estação Ecológica da Mata Preta

e Parque Nacional das Araucárias; e os cuidados que devemos ter com o meio ambiente, especialmente com a fauna e a flora. Segundo o engenheiro ambiental da Prefeitura de Palmas/PR, Thiago Demczuk, a parceria entre estas três instituições tem gerado grandes resultados para a cidade e espera que continue assim em 2019.

O Projeto Salas Verdes foi instituído pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) no ano 2000 com o objetivo de atender às demandas de instituições que buscavam no MMA publicações para subsidiar suas ações de Educação Ambiental. Inicialmente concebido como espaços com múltiplas potencialidades, que além da disponibilização e democratização do acesso às informações, podem desenvolver atividades diversas de educação ambiental como: cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões, campanhas.

Marcia Barbosa Abraão



Ana Caroline Machado



Alunos aprenderam sobre resíduos sólidos e cuidados com o meio ambiente

Ana Caroline Machado



# ESEC DA MATA PRETA (PR)



Crédito: Antônio de Almeida





## **ICMBio em Foco**

Revista eletrônica

## **Edição**

Ramilla Rodrigues

## **Projeto Gráfico**

Bruno Bimbato

Narayananne Miranda

## **Diagramação**

Celise Duarte

## **Chefe da Divisão de Comunicação**

Márcia Muchagata

## **Foto da capa**

## **Colaboradoraram nesta edição**

Aline Kellerman – Revis Ilha dos Lobos; Carla Viviane – DCOM; Danielle Paludo – CEMAVE; Danúbia Melo – Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; Gilmar Klein – REBIO Uatumã; Márcia Muchagata – DCOM; Ricardo Jerozolinski – NGI ICMBio de Palmas; Sílvia Godoy – NGI Alcatrazes; Verônica Ferron – CR11; Walter Steenbock – Cepsul.

## **Divisão de Comunicação - DCOM**

### **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio**

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 [comunicacao@icmbio.gov.br](mailto:comunicacao@icmbio.gov.br) - [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)



[facebook.com/icmbio](https://facebook.com/icmbio)



[youtube.com/canalicmbio](https://youtube.com/canalicmbio)



[@icmbio](https://instagram.com/icmbio)



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL